

O presente trabalho tem por objetivo sistematizar e apresentar de maneira breve e sucinta os resultados obtidos a partir da atividade II do “reflexão e ação” referente ao caderno III. Desta maneira, apresentamos a seguir as proposições das DCNEM que mais geraram debate.

Entre os temas debatidos, a questão da interdisciplinaridade e intradisciplinaridade surge como ponto recorrente. O debate não é recente, porém, de maneira alguma nos parece superado. Como agrupar áreas e saberes aparentemente tão distantes, vítimas de uma racionalidade cartesiana que a tudo dividiu e distanciou? Como ensinar dentro de uma perspectiva interdisciplinar se somos formados nós mesmos em cursos que transmitem os mesmo conhecimentos de maneira não menos fragmentada? O desafio de uma educação intergral só será vencido, quando superarmos as barreiras que nós mesmos criamos. Para que isso ocorra faz-se necessário uma maior reflexão sobre o planejamento curricular; esta reflexão deve abarcar saberes que vão além do nosso próprio conhecimento disciplinar, acarretando assim, na necessidade do diálogo com o outro. Somente a construção coletiva do planejamento curricular será possível a educação intergral.

A contemplação de todo o currículo é outro tema recorrente. Temos hoje uma grade curricular demasiado extensa que não permite o aprofundamento do conteúdo, tampouco a reflexão sobre conceitos relacionados à dado conteúdo e que permitiriam uma maior compreensão por parte de todos os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem. O modelo “enciclopédico” criticado no início desta caderno não foi completamente superado. Como exemplo, basta refletirmos sobre a utilização do livro didático; estudamos em vários níveis O Iluminismo, por exemplo, sem nunca ter lido um texto de Voltaire ou Rousseau. Este é só um entre os inúmeros exemplos que poderíamos citar para demonstrar a superficialidade do currículo. Reduzir e aprofundar, talvez esta fosse a maneira mais coerente de proceder quando da formulação de currículos.

A diversidade étnica, sexual ou qualquer que seja, também abre margem para debates. Uma sociedade mais tolerante representa sempre uma ideia de progresso, no mínimo um progresso moral; infelizmente a implementação de políticas públicas que tenham por finalidade atenuar os conflitos decorrentes da intolerância, enfrentam diversas formas de oposição; seja do sujeito responsável pela implementação dessas políticas - e nesse caso não podemos esquecer que o responsável também é um indivíduo e muitas vezes não só é preconceituoso como chega mesmo à reproduzir esse preconceito em forma de intolerância -ou da própria sociedade que prefere repelir e ignorar as diferenças ao invés de compreendê-la e aceitá-las enquanto algo natural. Essa oposição muitas vezes ilustra a própria incapacidade de uma sociedade em enfrentar seu problemas.

Outra questão interessante a ser apresentada refere-se ao papel atribuído ao *trabalho* colocando-o como base da proposta e do desenvolvimento curricular ao lado da tecnologia, ciência e cultura. Nessa perspectiva, nos questionamos quanto à finalidade da educação e para tal questionamento, nos respaldamos em um dos textos complementares sugeridos entre o material de apoio para este curso. Trata-se do texto de Amilton Benedito e Isaura Monica, *O ESTADO LIBERAL E A POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA- ELEMENTOS PARA ANÁLISE*. Neste texto, os autores fazem apontamentos relevantes a respeito da finalidade da educação e seu papel invertido. Nessa inversão a educação abandona seu caráter transformador e assume uma perspectiva de formação para adaptação. Esta formação para adaptação desconstrói o papel do indivíduo enquanto sujeito histórico capaz de transformar a sociedade, relegando ao mesmo a simples aceitação do status quo. Para melhor expor esta crítica, finalizamos este breve trabalho com fragmentos do texto para novas reflexões que nos permitam perceber a continuidade de conflitos dados como superados.

“Esse movimento que no Brasil recebe o nome TODOS PELA EDUCAÇÃO, teria como missão “Contribuir para a efetivação do direito de todas as crianças e jovens à Educação Básica de qualidade até 2022” e defende que um novo projeto de país, mais justo e mais desenvolvido deve ter como base uma educação de qualidade, pois é por meio desta que o país se tornaria competitivo e ofereceria oportunidades iguais aos seus cidadãos, promovendo, dessa forma, desenvolvimento com justiça e equidade (MARTINS, 2008, p. 7), o que se constitui como uma:

[...] articulada estratégia de hegemonia no campo educacional, abrangendo, pelo menos, duas linhas centrais: (1º) orientar uma percepção social de que a sociedade civil se transformou numa instância harmoniosa em que os antagonismos não fazem mais sentido, transformando - se numa instância em que a ‘coesão cívica’, ‘nova cidadania’ e a ‘colaboração’ devem predominar

acima de qualquer coisa; (2º) legitimar uma determinada leitura da realidade educacional e também uma determinada perspectiva para a Educação Básica (MARTINS, 2008, p. 7).

Nessa crescente mercantilização da educação Shiroma; Moraes; Evangelista (2007, p. 99) apontam que “[...] a marginalização é dissimulada, um verdadeiro ‘apartheid educacional’, na arguta expressão de Roberto Leher – apartheid que, operando uma seleção ‘nada natural’, define quem pode ou não cruzar o portal do shopping educacional”. A partir do que preconiza o Plano de Ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem é que serão elaborados os planos nacionais e estaduais de desenvolvimento da educação. De acordo com esse documento, “os bjetivos intermediários podem ser formulados como metas específicas dentro dos planos nacionais e estaduais de desenvolvimento da educação [...]. Cada país poderá estabelecer suas próprias metas para a década de 1990, em consonância às dimensões propostas a seguir” (UNICEF, 1990, p. 2). É justamente a conformação com esta realidade de desigualdade social que é buscada por meio dos documentos que norteiam a Reforma da Educação no Brasil. Isso pode ser verificado também em ou tro documento relevante, organizado por Jacques Delors e intitulado “Educação: um tesouro a descobrir”, onde é ressaltado o papel da educação, não no sentido da transformação social, mas da adaptação “É, antes, necessário estar à altura de aproveitar e explorar, do começo ao fim da vida, todas as ocasiões de atualizar, aprofundar e enriquecer estes primeiros conhecimentos, e de se adaptar a um mundo em mudança ” (DELORS, 2003, p. 89, grifos nossos).